

Lira sobe o tom e chama Padilha de 'incompetente'

Presidente da Câmara atribuiu ao ministro, com quem está rompido, informações sobre suposta interferência dele junto a deputados pela sultura de Brazão, o que nega. Em resposta, o responsável pela articulação política divulgou elogios de Lula

GABRIEL SARÓIA, JENIFFER GUILARTE, LAURÉNTIO POMPEU E VICTÓRIA ABRE
publica@globo.com.br
@globo

Em uma escalada na já tensa relação entre os dois, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamou ontem o ministro Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do governo, de "incompetente" e "desafeto pessoal". As declarações ocorreram durante evento no Paraná, após ser perguntado sobre a votação que manteve o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) na prisão. Lira e Padilha estão rompidos desde o fim do ano passado.

De acordo com Lira, informações sobre uma suposta interferência dele junto a deputados a favor da sultura de Brazão partiam de Padilha. Ele negou a articulação e afirmou que os parlamentares tiveram liberdade para votar conforme as suas vontades sobre o destino do suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco.

O presidente da Câmara também argumentou que o resultado não representa um enfraquecimento de sua posição dentro da Casa. — Essa notícia foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, um incompetente. Não existe partidarização. Eu deixei bem claro que ontem a votação foi de cunho individual, cada deputado responsável pelo voto que deu. Não tem nada a ver — disse.

PADILHA REAGE

A reação de Lira, porém, foi recebida pelo Palácio do Planalto justamente como demonstração de insatisfação do deputado com o resultado do plenário. O placar foi apertado, com 277 votos a favor da manutenção da prisão e 129 contra, além de 28 abstenções. Eram necessários 277 votos para que ele continuasse detido.

Após as críticas de Lira virarem à tona, Padilha publicou um post no X (antigo Twitter) com um vídeo em que Lula faz uma

série de elogios a ele e ao seu desempenho frente à articulação política. O evento em questão aconteceu anteontem. Lula chegou a dizer que Padilha iria "bater recorde" de tempo à frente do ministério.

— Ter ouvido isso, publicamente, do maior líder político da história do Brasil é sempre uma honra para toda a equipe do Ministério das Relações Institucionais", escreveu Padilha.

Anteontem, o ministro se manifestou logo cedo pela manutenção da prisão de Brazão. O governo orientou as bancadas a votarem para que o parlamentar continuasse preso. Ao longo do dia, auxiliares do presidente Lula entenderam que Lira não gostou do gesto.

No Paraná, Lira se disse alheio às "notícias plantadas" por membros do governo.

— É lamentável que integrantes do governo interessados na estabilidade da relação harmônica entre os Poderes fiquem plantando essas mentiras, notícias falsas, que incomodam o Parlamento. E, depois, quando o Parlamento reage, acham ruim — completou.

Após ser questionado a respeito das declarações de Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), saiu em defesa do ministro de Lula:

— Nós temos que evitar esses problemas. O Brasil já tem muitos problemas. Ninguém é perfeito, mas ninguém é tão ruim assim. Eu me esforço muito para manter uma boa relação com o governo. Considero (Padilha) também competente. Da parte do Senado, vamos buscar ter o melhor relacionamento possível.

No dia da votação, articuladores de Lula afirmavam



Ataques. Em evento no Paraná, Arthur Lira afirmou que o ministro Alexandre Padilha é seu desafeto pessoal

HISTÓRICO DE RUGAS

Padilha "centralizador"

Em entrevista ao GLOBO, em abril do ano passado, Lira criticou Padilha ao reclamar da distribuição de emendas aos deputados. O presidente da Câmara definiu, como "centralizador": "É um sujeito fino educado, mas que tem toda dificuldade. Não tem se refletido em uma relação de satisfação boa".

Diálogo cortado

Em outubro, Lira decidiu romper com Padilha. Destopim, segundo aliados do deputado, foi a decisão de uma portaria do governo que prevê

que a liberação de recursos alocados por parlamentares na área da Saúde deve ser aprovada por um colegiado formado por gestores estaduais e municipais do SUS em cada estado.

Recado ao Planalto

Em discurso no início do ano legislativo, em fevereiro, diante de uma platéia de parlamentares e ministros, Lira cobrou o cumprimento de acordos firmados, disse que "erara" quem agitou na imprensa a Casa por causa das eleições municipais e elevou a tensão na queda de braço pelo controle do Orçamento ao dizer

que a peça orçamentária "pertence a todos e não apenas ao Executivo".

Lula em campo

Lula chamou Lira em uma reunião para apagar as tensões entre Congresso e Planalto. Segundo aliados de Lira, o deputado disse que o jogo "enfim zerado" e que sua interlocução com o governo se daria com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e via um canal mais direto com Lula. Padilha minimizou o rompimento entre eles. "O governo nunca rompeu qualquer diálogo e nunca romperá". Apesar do movimento, Lira e Padilha ainda não se falam.

adores de Lula afirmavam

que o caso não era encarado como "pauta do governo", mas como uma orientação política de posicionamento para a base. Antes do resultado do plenário, auxiliares afirmavam que o resultado não representaria "derrota" ou "vitoria" do governo e que o tema não era "pauta central" do Planalto.

Após a votação, no entanto,

Padilha, ministro atuou pela manutenção da prisão de Brazão

Padilha apareceu em um vídeo ao lado da ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco — irmã de Marielle — comemorando o resultado em seu gabinete, no Planalto.

A votação que manteve a prisão do deputado expôs a estratégia dos principais candidatos à presidência da Câmara para se cificarem à sucessão. Tido como um dos favoritos e próximo de Lira, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), orientou a sua bancada a votar de forma favorável à sultura do colega.



"Essa notícia (sobre interferência na votação da prisão de Brazão) foi vazada do governo e, basicamente, do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, um incompetente"

Arthur Lira, presidente da Câmara



Padilha, ministro atuou pela manutenção da prisão de Brazão

Quase dois terços da bancada do Rio favoreceu Brazão

Entre os 46 deputados, apenas 18 se posicionaram a favor da prisão do parlamentar acusado de ter mandado matar Marielle

FERNANDA ALVES, LUIS MARZULLO E GABRIEL SARÓIA
publica@globo.com.br
@globo

Entre os 46 deputados federais da bancada do Rio de Janeiro, estado em que a vereadora Marielle Franco foi assassinada em 2018, 28 não se posicionaram a favor da manutenção da prisão de Chiquinho Brazão, parlamentar acusado pela Polícia Federal de ser um dos mandantes do crime. Ao todo, na votação de quarta-feira no plenário da Câmara, foram registrados 18 votos contrários à detenção, três abstenções e sete ausências — uma das faltas é referente ao próprio Chiquinho Brazão.

As ausências e abstenções

foram orquestradas pelo Centrão para favorecer o parlamentar preso. O esforço, contudo, não deu resultado: a prisão foi mantida com um placar de 277 votos favoráveis, 129 contrários e 28 abstenções. Eram necessários 257 votos para mantê-lo preso. Na ala dos faltosos está vice-presidente do PT, Washington Quaquá.

O petista disse ao GLOBO que não estava em Brasília por conta de uma virose. O deputado, no entanto, afirmou que, mesmo se estivesse em plenário, não participaria da votação, em consonância com o Centrão.

— Agora é buscar os instrumentos de defesa e acusação para ver quais são as provas —

afirmou Quaquá, sem responder se concorda com a posição de seu partido a favor da prisão de Chiquinho Brazão. Outro deputado ausente na sessão, o líder do Solidariedade na Câmara, Aureo Ribeiro, no entanto, se declarou favorável à prisão.

— Sai da sessão para tomar uma medicação, mas estou com a minha consciência tranquila porque fiz meu papel: orientei a bancada a votar a favor.



Ausente. Quaquá disse que não teria a votação mesmo se estivesse no plenário

Além de Ribeiro e Quaquá, se ausentaram Soraya Santos (PL), Luís Carlos Gomes (Republicanos), Marcos Soares (União Brasil) e Marcelo Crivella (Republicanos). No caso do ex-prefeito do Rio, ele estava

em plenário momentos antes da votação e, durante a apreciação do caso na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), posicionou-se pela derrubada da prisão. Já os parlamentares do PP —

Bebeto, Doutor Luizinho e Julio Lopes — se absteram. Procurados, não informaram o motivo.

Entre os votos pela derrubada da prisão, estão o de

la do Waguinho (União Brasil); do pré-candidato a prefeitura do Rio, Ottoni de Paula (MDB); e Gutemberg Reis (MDB). No caso de Ottoni, em sessão na CCJ ele defendeu não haver provas contra Chiquinho Brazão.

Questionado, Gutemberg Reis citou o artigo da Constituição Federal que afirma que deputados federais só podem ser presos em flagrantes de crimes inafiançáveis.

Chico Alencar (PSOL) cobrou os contrários que foram contrários a punir Brazão:

— São 18 deputados do Rio votaram a favor da manutenção da prisão, isso mostra o enraizamento de uma forma criminosa de fazer política. Não ter o apoio de dois terços da bancada mostra a força de um esquema muito forte que contamina todas as instituições: a militarização da política.